

Pai do menino Joaquim cobra polícia sobre prisão de padrasto foragido

Guilherme Longo desapareceu há quatro meses, após obter habeas corpus.

Ele e a mãe são acusados de matar menino e jogar corpo em rio, em 2013.



Pai de Joaquim esteve em Ribeirão Preto para conversar com a polícia (Foto: LG Rodrigues / G1)

O pai do menino Joaquim, que foi morto em novembro de 2013, viajou de São Paulo (SP) à Ribeirão Preto (SP) nesta quinta-feira (12) para pressionar as autoridades policiais e cobrar novas ações que investiguem o paradeiro de Guilherme Longo, padrasto da criança e acusado de matar o garoto.

O promotor de eventos Arthur Paes foi à Delegacia de Investigações Gerais (DIG) de Ribeirão acompanhado do advogado. O pai do menino Joaquim Ponte Parques realizou uma campanha por meio de outdoors em 2016 para tentar localizar Guilherme Longo.

O acusado de matar a criança está foragido desde setembro de 2016, sete meses após conseguir um habeas corpus e deixar a penitenciária 2 de Tremembé (SP).

“Estou aqui pra cobrar uma explicação e saber o que está acontecendo. Estão fazendo o trabalho deles, mas estão com um pouco de dificuldade e estão fazendo buscas. Chegam telefonemas, denúncias e estão investigando, mas até agora nada certo ainda”, afirma.

Paes afirma que está angustiado em saber que Guilherme está

foragido e estuda novas maneiras de trazer o caso de volta às mídias para localizar o acusado. O pai de Joaquim disse ainda que chegou a pedir às autoridades para colocarem uma tornozeleira eletrônica em Longo e mantê-lo sob vigilância, mas seu pedido foi negado.

“Vim saber com estão as investigações, se estão, ou não, procurando o Guilherme. Eu preciso de uma resposta. Ele está foragido há quatro meses, ninguém sabe onde ele está. Teoricamente estão investigando, mas nada concreto ainda”, diz.



Arthur e seu advogado estiveram reunidos com a polícia em Ribeirão Preto (Foto: LG Rodrigues / G1)

Paes afirma que ainda não se conformou com a liberdade concedida ao padrasto do filho pelas autoridades. Paes também voltou a declarar que sua ex-mulher, a mãe de Joaquim, teve uma parcela de responsabilidade pela morte do menino.

“É revoltante saber que um assassino confesso está livre, na praia, não sei onde. É revoltante saber que um cara que matou uma criança de 3 anos está livre e eu, que sou o pai, tenho que correr atrás da investigação, publicar outdoor, fazer campanha em rede social”, conclui.

O advogado de Arthur, Alexandre Durante, também participou das conversas com a equipe de investigação da DIG de Ribeirão e afirmou que a polícia está se empenhando nas buscas por Longo e tem seguido pistas que chegam até ele.

“No segundo momento, fomos informados das providências que estão sendo tomadas pela polícia para tentar localizar o Guilherme, sendo que algumas o delegado já nos adiantou”, explica Durante.

Guilherme Longo ao sair do Fórum em Ribeirão Preto (SP), nesta quarta-feira (24) (Foto: Cláudio Oliveira/ EPTV)

O caso

O corpo de Joaquim foi encontrado no Rio Pardo, em Barretos (SP), em novembro de 2013, cinco dias após o menino desaparecer da casa onde morava com a mãe, o padrasto e o irmão, no Jardim Independência, em Ribeirão.

A Polícia Civil concluiu que o padrasto matou o menino, que sofria de diabetes, com uma alta dose de insulina, e jogou o corpo em um córrego próximo à residência da família. Longo foi indiciado por homicídio triplamente qualificado.

Um laudo do Instituto Médico Legal (IML) emitido na época da morte do garoto apontou ausência de água no organismo, o que descartaria a suspeita de afogamento, mas não identificou outras substâncias.

Em liberdade, a mãe do menino, Natália Ponte, é acusada de ter sido omissa em relação à segurança do filho, por saber que Longo era agressivo e havia voltado a usar drogas na época da morte do garoto.

Preso em Tremembé (SP) desde janeiro de 2014, Longo obteve um habeas corpus da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que considerou excessivo o prazo do processo.

Todas as testemunhas do caso já foram ouvidas pela Justiça, que deve definir agora se o caso vai a júri popular.

